

A Economia Solidaria e o Partido Comunista do Brasil

Aspectos Teóricos e Políticos

- 1. A Economia Solidaria** é um conjunto de iniciativas que visa a organizar a produção de bens e de serviços, sua distribuição, consumo e financiamento, assim como o acesso e a construção do conhecimento, em consonância com os princípios da autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, equidade, valorização do meio ambiente, valorização do trabalho humano, valorização do saber local e a igualdade de gênero, geração, etnia e credo. Tem como objetivo a valorização do trabalho e do bem viver em contraposição aos modos de produção centrados na geração de lucro, na exploração e opressão do trabalho, no desenfreado consumismo, na destruição da natureza enfim, que privilegia o capital em detrimento do ser humano.
2. A economia solidaria é um movimento social, político e teórico que se propõe a construir, aqui e agora, os caminhos de uma nova economia que vá além dos marcos do capitalismo. Enquanto movimento social, político e teórico procura seus fundamentos nos processos históricos atuais que buscam reformar e transformar a realidade social vigente marcada por uma enorme crise civilizacional, cujas características principais são, a degradação do trabalho e da natureza fontes principais da existência social.
3. A economia solidaria é um movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, assalariados e não assalariados, que além de defender as pautas tradicionais de resistência à exploração do capital e de conquistas de direitos econômicos e sociais propõe que os trabalhadores si coloquem o desafio de construir processos históricos emancipadores do trabalho através de estratégias coletivas de inclusão sócio-produtiva e de desenvolvimento local e territorial.
4. A base social da economia solidaria é a enorme parcela da força de trabalho não assalariada constituída por agricultores familiares, artesãos, trabalhadores autônomos e comerciantes e industriais cuja unidade produtiva se confunde com a família e o espaço onde ela vive. Alguns estudiosos chamam de economia popular ou economia dos setores populares. A economia dos setores populares está presente em todo o território nacional, somando, no primeiro trimestre de 2020, mais de 22 milhões trabalhadores, correspondendo a cerca de 24% do total da população ocupada.

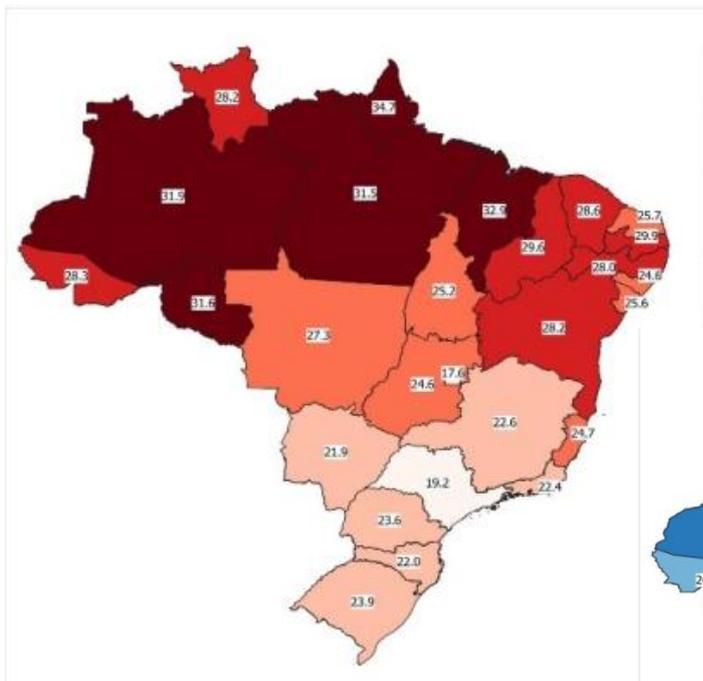
Tabela 1: População ocupada e trabalhador da economia dos setores populares. Brasil - 2020.

População ocupada	Total		Urbana		Rural	
	N	%	N	%	N	%
Total	92.223.395	100	81.742.300	88,60%	10.481.095	11,40%
Economia popular	22.055.832	100	18.083.724	82,00%	3.972.108	18,00%

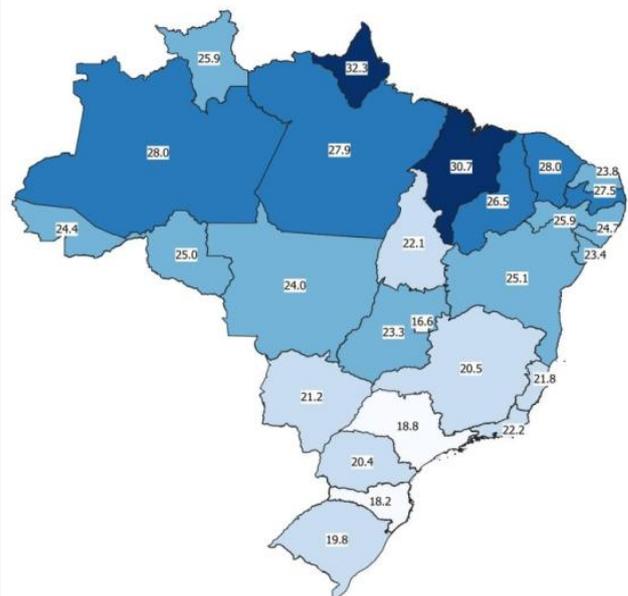
Fonte: PNAD Contínua - primeiro trimestre de 2020, IBGE. Elaboração própria.

KRAYCHETE, Gabriel;
GONCALVES, Vinicius.
Trabalho e inserção social
no Brasil: um olhar a partir
da economia dos setores
populares. **Cadernos do
CEAS: Revista Crítica de
Humanidades.**
Salvador/Recife, v. 46, n.
253, p. 339-358, maio/ago.
2021.
<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n253.p339-358>

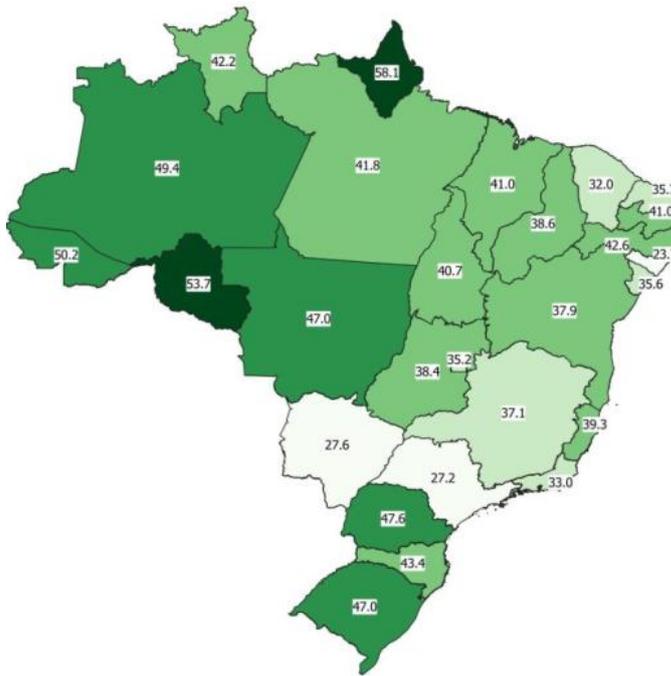
5. As características principais da economia dos setores populares são: (i) destina-se a prover e repor condições de vida e não o capital; (ii) produzem mercadorias, mas a força de trabalho que as produzem não é uma mercadoria; (iii) uso compartilhado entre a família e o empreendimento dos bens de consumo duráveis da família e o local de trabalho é a própria residência ou uma extensão dela; (iv) não contribuem com a previdência social; determinados pela privação; (v) fenômeno histórico estrutural para além das épocas de crise ou expansão da economia



É uma de forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores



de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos. A economia popular não comporta relação sistemática de assalariamento, e,



muitas vezes, sua produção se confunde com a vida doméstica.

Entre as principais ocupações da economia popular estão as que visam aos mercados locais, como confecções em pequena escala, cuidados pessoais, fabricação de alimentos, pequeno comércio local e reciclagem, a economia popular absorve fortemente a mão de obra feminina, sobretudo nos setores de cuidados pessoais, alimentação e confecções.

6. A economia solidaria como estratégia de inclusão sócio-produtiva.

Nesta dimensão, a economia solidaria articula ações de combate a pobreza e à exclusão socioeconômica organizando coletivos de trabalhadores e trabalhadoras para a produção e comercialização com o intuito de gerar trabalho e renda. Politicamente adapta-se a conquistas que melhorem as condições de vida e reformem o sistema de exploração do capital sobre o trabalho.

7. A economia solidaria como estratégia de desenvolvimento local e territorial.

Nesta dimensão, a economia solidaria articula ações de incidência dos coletivos de produtores solidários sobre sistema ou sistemas produtivos locais e territoriais formando-se redes de produção, comercialização, logística, crédito e inovação tecnológica. Neste contexto, o horizonte político é ampliado para além da melhoria das condições de trabalho e renda. Os coletivos solidários passam a se interessar pela natureza e controle das políticas públicas nas diferentes dimensões das atividades que eles mesmos realizam. Além disso, precisam desenvolver no âmbito dos coletivos as competências e habilidades necessárias à formação das suas redes de cooperação. A ação em rede, as incidências sobre os níveis municipal, estadual e nacional das políticas e o domínio crescente de cadeias produtivas que tem impacto socioeconômico e cultural local e territorial são formas concretas de organizar o povo em torno da questão do desenvolvimento. Isto significa que é possível organizar o povo com o programa socialista e não apenas com a tática.

Neste ponto é que a economia solidaria pode torna-se um movimento eminentemente político com impacto transformador no seu entorno e como projeto de construção de um marco civilizatório superior ao capitalismo.

8. A economia solidaria como estratégia de emancipação do trabalho

A economia solidaria se distingue por organizar-se em coletivos auto-gestionários para produzir ou consumir bens e serviços, produzir ou consumir conhecimentos, saberes, tecnologias, etc. Quando essa forma milenar de organização encontra-se com o desafio de desenvolver o local e o território valorizando o trabalho e a natureza e, ainda mais, quando estes coletivos de produtores e produtoras de mercadorias adquiriram a condição de, ou foram sujeitados a, não venderem a sua força de trabalho ao capital, as possibilidades de emancipação do trabalho passam a ser uma estratégia de construção, aqui e agora, de sociabilidades mais avançadas, efetivamente emancipadoras. Na economia solidaria, neste estágio de desenvolvimento, a construção de relações sociais mais avançadas torna-se um problema politico-prático.

9. No movimento de economia solidaria (empreendimentos, gestores e apoiadores) ainda não há nitidez a respeito das estratégias acima. Os empreendimentos oscilam entre serem demandantes de direitos de inclusão e agentes propositores de políticas publicas e, eventualmente, adquirem poder suficiente para intervirem como fator de desenvolvimento de sistemas locais ou regionais de produção; os gestores e pesquisadores são mais conscientes do lugar que pode ocupar a economia solidaria como uma política que integra as três estratégias.
10. Apesar de ainda não existir uma legislação nacional especifica para a economia solidaria a maioria dos estados brasileiros já possuem legislação especifica. Neste contexto é fundamental a criação da Frente Parlamentar Mista a ser lançada no próximo dia 23 de agosto e a recente criação da Subcomissão de Economia Solidaria na Comissão de Desenvolvimento Econômico do Consorcio do Nordeste
11. A descontinuidade da política nacional interrompeu a produção de muitas pesquisas e estatísticas sobre o grau de desenvolvimento da economia solidaria. Entretanto, em decorrência da sua continuidade, especialmente nos estados nordestinos, é evidente o aumento da capacidade produtiva – a melhor qualificação de produtos – o crescimento da diversidade de produtos – a valorização de cadeias produtivas – a integração dos produtores em Cooperativas de Comercialização – e a ampliação de rede própria de comercialização.
12. Outro avanço importante onde a política publica tem continuidade é a visibilidade da economia solidaria como forma concreta de ampliação e geração de renda, de preservação ambiental e cultural e de desenvolvimento local de varias cadeias produtivas. Destaca-se aqui, a crescente influencia da moeda social e dos bancos comunitários como tecnologia social para o desenvolvimento local.

13. O movimento é majoritariamente petista. O PCdoB adquiriu alguma influencia a partir da gestão pública na economia solidaria da Bahia e de algumas cidades no Brasil e da atuação em empreendimentos em diversos estados. Desde 2014 dirigimos a Rede Nacional de Gestores e temos presença ativa no Fórum Brasileiro de Economia Solidaria e em articulações e eventos com entidades e fóruns internacionais (União Europeia, Ciriec, Ripes, OIT, etc)

14. Organizar o partido é uma necessidade para termos uma incidência mais consistente e duradoura nos rumos do movimento. É fundamental usarmos todas as possibilidades a nossa disposição nas diferentes esferas do governo, nos empreendimentos e entre os pesquisadores para ampliarmos a nossa força organizada. Esse ano ainda haverá uma Reunião do Conselho Nacional (possivelmente com a presença de Lula) que convocará a próxima Conferencia Nacional.

15. Desafios Atuais da Economia Solidaria no Brasil:

- A. Criação e funcionamento do Sistema Nacional de Economia Popular Solidária que englobe programas e políticas federais, estaduais e municipais, além de constituir espaços de interlocução e de parcerias com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, priorizando os fóruns e redes de economia solidária no Brasil, para formular e implantar ações que resultem no fortalecimento de estratégias econômicas alternativas sustentáveis e solidárias.
- B. Construção dos marcos regulatórios necessários ao apoio e reconhecimento da economia solidária e dos direitos sociais de seus trabalhadores e trabalhadoras
- C. Ampliar as oportunidades de comercialização de forma a utilizar mais racionalmente a capacidade produtiva instalada. No curto prazo, desenvolver as oportunidades de comercialização no próprio território, promovendo circuitos virtuosos de produção ambientalmente sustentáveis com investimento para infraestrutura e consumo solidários, articulados em redes locais e nacionais.
- D. Fomentar a integração entre as diferentes formas de Finanças Solidárias (Bancos, Fundos e Cooperativas de Credito) e destas com os EES em estratégias de desenvolvimento local
- E. Iniciar um **ciclo de investimentos em Desenvolvimento Tecnológico** que: **(i)** amplie a capacidade de autogestão das associações e cooperativas; **(ii)** garanta aos EES o direito à captação de recursos financeiros para desenvolvimento tecnológico; **(iii)** viabilize a integração dos centros de pesquisa e inovação tecnológica das Universidades com projetos de criação e transferência de tecnologia para os EES.

- F. Desenvolver e difundir conhecimentos e tecnologias sociais interconectadas aos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras, dialogando com as culturas e modos de vida de povos e comunidades tradicionais; de integração da elevação da escolaridade aos processos de qualificação social e profissional com a disponibilização de assessoria técnica e gerencial continuada em autogestão.

Tabela 01 – Evolução da posição na ocupação do emprego urbano. Brasil, 1960 – 2006. (Em %)

Posição na ocupação	Período de análise (Ano)					
	1960	1970	1976	1986	1996	2006
Assalariados com carteira e servidores públicos	40	53	59	54	47	42
Assalariados sem carteira	31	25	20	21	25	24
Autônomos	25	18	17	20	21	22
Empregadores	2	1	3	3	4	5
Não remunerados	2	2	1	2	3	6

Fontes: 1960 e 1970, Censos demográficos. Assalariados com carteira e servidores públicos calculados com base em contribuintes para a Previdência (e tipo de contribuição) sobre o total de assalariado; 1976 e 1986 calculados com base no tipo de previdência e ramos de atividade principal. Tabela extraída de Adalberto Cardoso (2010, Parte 2, Apresentação, p. 31).

Tabela 06 – Trabalhador da economia popular urbana por ramo de atividade. RMS – 2015.

Ramo de atividade	%
Indústria de transformação	9,6
Construção	23,7
Comércio e reparação	29,4
Alojamento e alimentação	10,6
Transporte, armazenagem e comunicação	9,3
Educação, saúde e serviços sociais	2,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11,3
Outras atividades e atividades mal definida	3,9
Total	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

Gráfico 01 – Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. Brasil urbano – 2002 a 2015. (Em %)

